



A presidente precisa saber

Percebe-se que a presidente Dilma está empenhada em reverter o quadro adverso que vive a economia nacional. Tem cuidado da parte social do governo, em projetos que ajudam o desenvolvimento, como habitação e saneamento. Mas é muito pouco. Essa preocupação, que se tornou prioridade, não parece ser ligada a questões eleitoreiras, e sim um desafio para o seu governo. É claro que ela sabe que seu futuro político passa por reverter o quadro econômico desfavorável. O poder do estado como indutor do progresso hoje é muito relativo.

O processo gerador de investimentos, empregos e desenvolvimento passa pela atração da poupança interna e externa. Na verdade, depende de se aceitar o capitalismo como sistema mais eficiente na busca da justiça social, pela geração de produtos e serviços que redundam em impostos, com aumento da base e não da carga fiscal.

O que não costuma ser explicitado é que o Brasil se tornou um lugar hostil ao investimento. Não se pode controlar por artifícios, preços, consumo, câmbio e juros. Vide o caso argentino, falido e agora com resposta eleitoral inequívoca. Uma ação neste sentido poderia trazer dinheiro aplicado no exterior de volta, desde que destinado em novas emissões de ações e retidas por três ou quatro anos e nada mais. Anistia "a la Buenos Aires" não funciona, como lá não funcionou.

A presidente poderia avaliar se o que está emperrando o deslanchar de suas aspirações desenvolvimentistas são mais de origem política do que econômica

A legislação trabalhista e entendimentos recentes da Justiça do Trabalho aumentam o risco das empresas, incluindo aí a questão da multa sobre o FGTS em debate. O recuo dos governos em relação a tarifas, especialmente nos transportes públicos e nos pedágios, terá consequências gravíssimas na inflação mais adiante e pode desestimular a participação nos novos trechos a serem licitados. Nos transportes também se ensaiou mais intervenção nas linhas interestaduais.

O mercado acionário está em crise. Nada é feito para atrair investidores e favorecer a novas emissões de ações, que trariam recursos para empresas investirem ou diminuírem o endividamento de alto risco. Mas com o governo "se associando" nos lucros e muito pouco nos prejuízos, nosso mercado está cada dia mais esvaziado e os que podem investem via exterior, que não paga imposto. As empresas já pagam sobre o lucro e os acionistas sobre os dividendos. Pagar pela valorização dos papéis tira o clima do risco e o gosto do ganho.

No mais, é uma série de eventos que vão assustando o capital. Desde este suceder impune de arruaças, as manobras audaciosas no Judiciário, a política externa com parceiros privilegiados constrangedores - e caros - em momento que a habilidade da diplomacia poderia ter bons efeitos na economia. E mais: a questão da segurança pública, a eminente falência dos municípios, que vivem de um fundo cujas receitas caem pela não inclusão de contribuições, que são impostos federais como o PIS/COFINS. Neste clima, só haverá licitantes para as obras de infraestrutura se os editais contemplarem financiamentos públicos.

A recém-criada Secretaria para Micro e Pequena Empresa, apropriadamente entregue a um símbolo do empreendedorismo no Brasil, Guilherme Afif Domingos, ainda não disse a que veio. E, certamente, o titular da pasta sabe por onde e o que fazer.

A presidente poderia avaliar se o que emperra o deslanchar de suas aspirações desenvolvimentistas são mais de origem política do que econômica. O Brasil tem potencial, mas precisa ser mais pragmático, mais ágil, menos regulado. Aceitar o lucro como motor do investimento.